

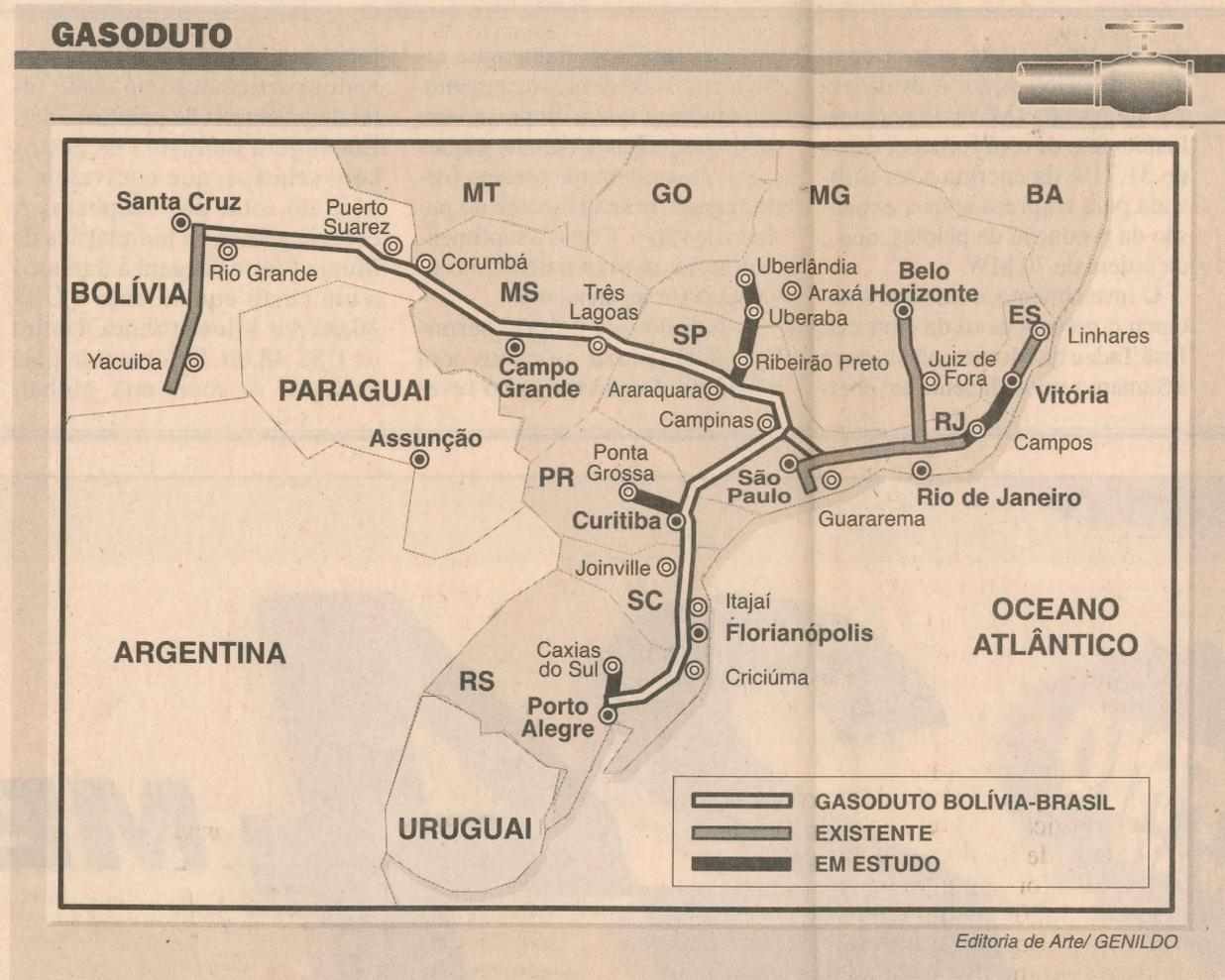
Empresas disputam gás natural no Espírito Santo

Rogéria Gomes

A possibilidade de construção de um gasoduto ligando a Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, à Grande Vitória está desencadeando um processo de disputa pelo gás no Espírito Santo. De um lado estão a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Petrobrás, esta última detentora da concessão para distribuição do produto no Espírito Santo por um período de 50 anos, através de sua subsidiária BR Distribuidora. E de outro, estão empresas como a Escelsa, interessada em construir uma termelétrica a gás no Estado, e a Agip do Brasil, subsidiária da empresa italiana Agip, que atua na distribuição de gás na Europa.

A Agip está interessada em distribuir gás natural no Estado, intenção manifestada recentemente ao governador Vitor Buaiç pelo presidente da empresa na América Latina, Romano Fontana, que visitou Buaiç, no Palácio Anchieta, acompanhado do presidente da **holding** Águia Branca, Aylmer Chieppe. A entrada da Agip neste mercado, entretanto, depende de entendimentos com a BR Distribuidora, que é dona da concessão para prestar o serviço de distribuição do produto no Estado.

O presidente da Escelsa, Francisco Luiz Gomide, já manifestou o interesse da empresa em construir uma termelétrica a gás no Espírito Santo, projeto que, segundo ele, só depende da disponibilidade do gás porque recursos para investimento a Escelsa garante. Gomide foi mais além e chegou a manifestar, em carta encaminhada ao governador, a disposição da Escelsa até mesmo em pagar para que a Petrobrás perfure poços à procura de gás no Estado. Ele também informou que a empresa pode participar de investimentos na construção de gasodutos, inclusive o que pretende trazer gás da Bacia de Campos para Vitória, e que é de fundamental importância porque fatalmente estaria ligado ao gasoduto



Brasil-Bolívia, que passa necessariamente pela Bacia de Campos.

Este último projeto, entretanto, por enquanto está apenas na esfera da Vale e da Petrobrás, que promoveram, juntas, um estudo sobre a viabilidade de construção do gasoduto. O estudo, iniciado em março deste ano e já concluído, comprovou a viabilidade técnica do projeto. Falta agora assegurar a viabilidade econômica e política, segundo observou o superintendente de Pelotização da CVRD, Luiz Alexandre Bandeira de Mello.

As indefinições sobre o preço do gás e sobre quem vai bancar a cons-

trução do gasoduto são os entraves que ainda não permitiram a decisão por parte da Petrobrás e da CVRD sobre a execução do projeto. Bandeira ressaltou que o preço que a Vale terá de pagar pelo gás vindo da Bacia de Campos é fator determinante para a definição sobre a construção do gasoduto. Segundo ele, a Petrobrás ainda não fez nenhuma proposta sobre preço, mas, de modo geral, segundo Bandeira, comparando-se com o preço do gás na Venezuela e na região do Caribe, o gás no Brasil é em média quatro vezes mais caro.

“Como seremos competitivos

num mercado globalizado pagando tão mais caro pelo mesmo combustível?”, questionou ele. O que a Vale deseja, segundo Bandeira, é que haja pelo menos uma equiparação do preço do gás no Brasil com aquele praticado em outros países. Até pela falta de tradição na venda do produto, para o qual não havia demanda até bem pouco tempo atrás, a Petrobrás não tem uma metodologia definida para calcular o preço do gás. Bandeira observou que o preço do gás que vem de São Mateus, por exemplo, tem como referencial o próprio preço do óleo combustível.

Vale estuda construção de usina termelétrica

Às vésperas de sua privatização, prevista para fevereiro próximo, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) avalia a possibilidade de construir, no Espírito Santo, uma termelétrica que ampliaria em 50% a atual oferta de energia do Estado. O projeto faz parte do estudo de viabilidade de construção do gasoduto ligando a Bacia de Campos a Vitória, elaborado pela empresa juntamente com a Petrobrás, através do qual seriam fornecidos 4,1 milhão de metros cúbicos (m³/dia) de gás natural.

Este volume de gás, que viria da Bacia de Campos, é quase o triplo dos 1,5 milhão de m³/dia que a CVRD precisaria para substituir totalmente a energia que movimenta suas seis usinas de pelotização e mais a Kobrasco, sua sétima usina, em fase de implantação. O excedente de energia da termelétrica, que poderia ser usado na instalação de outras indústrias, seria da ordem de 380 MW.

O resultado do estudo sobre a viabilidade do gasoduto inclui a construção de uma termelétrica, no Complexo de Tubarão, com capacidade para produzir 460 megawatts (MW). Essa capacidade de geração de energia equivale à metade da demanda total do Espírito Santo e é quase três vezes maior que a geração da maior usina hidrelétrica capixaba, a de Mascarenhas, no município de Baixo Guandu, que é de 123 MW.

A Vale e a Petrobrás, entretanto, ainda não chegaram a um acordo sobre a construção do gasoduto. O superintendente de Pelotização da CVRD, Luiz Alexandre Bandeira de Mello, informou que existem várias

propostas em análise para execução do projeto. Avalia-se a possibilidade de a Petrobrás bancar sozinha a construção, inicialmente estimada em cerca de US\$ 150 milhões, e também está sendo avaliada a construção em parceria com a CVRD ou em parceria com os governos do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

HBI

Mas nem a Vale e nem tampouco a Petrobrás estão muito dispostas a falar sobre esse projeto antes que ele esteja totalmente definido. Bandeira adiantou, contudo, que a disponibilização do volume de gás pleiteado pela CVRD também pode viabilizar um outro projeto da empresa, que prevê maior agregação de valor aos **pellets** atualmente exportados.

Além de pelotas, a CVRD passaria a produzir também 1,2 milhão de toneladas/ano de HBI (**Hot Briquetted Iron**), que é uma forma compactada de ferro esponja. O HBI, segundo informou o superintendente de Pelotização, tem cinco vezes mais valor que a pelota, mas a sua fabricação depende 100% da disponibilidade de gás natural, que entra como componente do produto.

Bandeira ressaltou que até o momento não há definição sobre o projeto do gasoduto e, conseqüentemente, sobre os outros projetos que envolvem a necessidade do gás natural, como o HBI e a construção da usina termelétrica. “Já fizemos várias reuniões com a Petrobrás e pretendíamos ter assinado em agosto uma carta de intenções sobre a execução do empreendimento”, disse ele, que acredita que esta carta possa ser assinada até o final de outubro.